

RESENHA

HANSEN, H. M. Polis. Une introduction à la cité grecque. Paris: Les Belles Lettres, 2008, 280 p.

UMA INTRODUÇÃO (OU UMA CONCLUSÃO?) À CIDADE GREGA

*José Antonio Dabdab Trabulsi**

Eis aqui, em francês, o livro publicado por M. Hansen em dinamarquês inicialmente (Copenhague, 2004) e em inglês em seguida (New York, 2006). Uma introdução à cidade grega, que retoma o conjunto de trabalhos do autor e o conjunto dos trabalhos e relatórios do “Polis Center” de Copenhague. Podemos, aliás, nos perguntar se é uma “introdução” ou uma “conclusão” à cidade grega, pois ele retoma e resume as inúmeras pesquisas e publicações dos últimos vinte anos, as quais tanto fizeram avançar nossos conhecimentos sobre a cidade grega e tanto alimentaram a polêmica sobre o assunto. Para resenhar este livro, seriam necessárias cinquenta páginas ou, então, nos limitarmos a duas. Por razões evidentes, deveremos nos contentar com duas.

Este livro tem o objetivo evidente de propor uma síntese sobre a *polis*, ser de alguma maneira a “cidade grega” da próxima geração, como puderam ser no passado as “cidades gregas” de Glotz ou de Finley. Para tal, seriam necessárias qualidades de inovação e qualidades literárias que o texto não possui. É verdade que o livro se propõe a ser um texto sobre todos os aspectos da cidade grega, e ele dá uma volta completa no assunto em 24 capítulos, que vale a pena enumerar, para dar uma ideia da amplitude da sua ambição: 1.

* Professor titular de História Antiga do Departamento de História da UFMG.

Cidades, Estados, cidades-Estado e cultura da cidade-Estado; 2. Um apanhado das trinta e sete culturas da cidade-Estado identificadas; 3. “Estados-país” contra a cultura da cidade-Estado; 4. A unidade da cultura da cidade-Estado na Grécia antiga; 5. O nascimento da cultura da cidade-Estado na Grécia antiga; 6. O fim da cultura da cidade-Estado na Grécia antiga; 7. Como as *poleis* apareceram e desapareceram; 8. O que é uma *polis*? Enquete sobre a noção de *polis*; 9. A *polis* enquanto cidade e Estado; 10. A *polis* enquanto cidade; 11. O povoamento das cidades gregas; 12. A superfície e a população das cidades; 13. A demografia da cultura da cidade-Estado na Grécia; 14. A economia das cidades: o “idealtpe” de Max Weber; 15. A *polis* enquanto cidade na época arcaica; 16. A concepção grega da *polis*: uma cidade e seu campo; 17. A *polis* enquanto Estado; 18. O exército; 19. A religião; 20. Estado e sociedade; 21. A guerra civil (*stasis*); 22. As relações entre *poleis*; 23. A *polis* helenística; 24. A *polis* comparada a outras culturas da cidade-Estado.

O livro possui uma série de méritos incontestáveis: é uma soma de conhecimentos, de erudição, de informação de primeira mão, um volume enorme de pesquisas originais e inovadoras. Ele abre terreno para uma vasta comparação com outras culturas que conheceram a cidade-Estado, e isso tanto na Europa quanto na África, nas Américas como no Oriente, e em todas as épocas da história. A cidade grega, a história antiga, a história europeia, são desencravadas, e ninguém vai se queixar disso, a tal ponto isso é necessário. Outro grande mérito: é um trabalho de história que leva em conta, na própria base de seu procedimento, as pesquisas arqueológicas mais recentes, o que muitos historiadores, e dos melhores, perderam o hábito e o reflexo de fazer. Esses dois elementos, associados ao imenso trabalho de documentação do “Polis Center”, dão uma base muito ampla e muito sólida aos resultados apresentados.

Pena que o livro não apresente as qualidades formais que pudessem acompanhar suas qualidades de fundo. Digamos, para começar, que é um livro curto demais (180 páginas de texto) para tal massa de questões e assuntos. Teria sido necessário tomar o partido de um texto mais leve. Ora, o autor tenta resumir anos de pesquisa de todo um grupo. O resultado é que há taxonomia demais, num verdadeiro mapa geo-histórico das formas políticas. Ele é obrigado a enunciar evidências conhecidas por todos (pois o texto se pretende introdutório) com, ao mesmo tempo, dados demais a apresentar e a examinar num texto tão curto, o que provoca um efeito de saturação. De um capítulo a outro, há muitas retomadas e repetições. Sua vontade de dar conta

de todas as possibilidades faz do texto uma espécie de “gramática” da *polis* e, por momentos, sua leitura nos faz o efeito da leitura de uma verdadeira gramática à moda antiga... Isso resulta da sua vontade de resumir cada uma das pesquisas parciais realizadas pelo “Polis Center”. Há, na forma escolhida para o livro, um real problema. Para resolvê-lo, seria preciso escrever o mesmo livro, mas com 700 páginas. Tal como ele se apresenta, é mais para ser consultado do que lido – como uma gramática justamente.

No que se refere ao conteúdo da análise, cada um apreciará em função de suas posições. Hansen é um historiador muito discutido, no centro de diversas polêmicas sobre a cidade grega, e ele próprio não recua diante de uma polêmica com os que não pensam como ele; este livro não foge à regra, com formulações fortes, como a seguinte: “A *polis* foi uma das sociedades mais bem providas em instituições que jamais existiram” (p. 138). E estou citando uma das que eu aprovo. Ou ainda: “O termo ‘cidade-Estado’ é uma tradução extremamente precisa de *polis* e não uma má tradução anacrônica, como se tornou moda defender” (p. 76). O que também aprovo. Como ele, também penso que a história institucional continua sendo justificada e necessária para uma boa compreensão da cidade grega. A cidade grega, em minha opinião, não foi simplesmente “uma sociedade”, nem unicamente “um Estado”: ela foi as duas coisas. Esquecer um desses dois polos é condenar-se a não entendê-la. Hansen, com a sua defesa da história institucional, é um daqueles que nos ajudam a não esquecer isso.

Acerca de outras escolhas, sou bem mais reservado. Do conjunto de sua análise, resulta um “modernismo” pronunciado em demasia. Assim, por exemplo, sua estimativa (p. 100) de um número de gregos entre 8 e 10 milhões para o século IV me parece alta demais, sobretudo calculada a partir de dados e de projeções de dados com múltiplas variáveis, muitas das quais incertas demais para que o cálculo tenha credibilidade. Ele faz estudo “quantitativo” com os dados antigos e com dados arqueológicos parciais, o que é muito arriscado; diante das mesmas dificuldades, Finley fazia, com os dados numéricos antigos, análises “qualitativas”, com resultado, a meu ver, mais feliz. Da mesma forma, sua estimativa da proporção (a metade, mais que a metade, a quase totalidade, segundo os casos) de gregos vivendo na cidade (capítulo 13), me parece dificilmente aceitável. Sua *polis* (capítulo 14) é uma cidade de comércio, de troca, de produção também: não é, de forma nenhuma, a “cidade dos consumidores” do esquema derivado de Weber e Finley. É uma posição possível. Mas não se deve exagerar. Lendo Hansen,

temos, por vezes, a impressão de estarmos na época moderna ou contemporânea, um pouco como quando líamos algumas das “cidades gregas” do início do século XX.

Penso, para concluir, que, se desejamos ler uma boa introdução à cidade grega, vale mais a pena ler o seu excelente livro **La démocratie athénienne à l'époque de Démosthène** (Paris, Les Belles Lettres, 1993), ou mesmo o seu **Polis et cité-Etat. Un concept antique et son équivalent moderne** (Paris, Les Belles Lettres, 2001). São livros, enquanto livros, muito mais bem-sucedidos.